

A Convenção de Évora Monte 1834

Em Évora Monte foi assinado em 26 de Maio de 1834 um Tratado de Paz conhecido como "Convenção de Évora Monte" ou "Concessão de Évora Monte", que terminou a única guerra civil portuguesa em quase 900 anos de História.

No início do século XIX, as ideias liberais espalhavam-se na maioria das monarquias europeias e Portugal não foi excepção. A Guerra Civil irrompeu em Portugal em 1831, depois de D. Miguel, um monarca absolutista e tradicional, ter substituído em 1828 a Carta Constitucional que anteriormente jurara manter. A Carta encontrava-se em vigor desde 1826.

O seu irmão mais velho, D. Pedro, protector do Regime Constitucional, que então ocupava o trono no Brasil, voltou para Portugal, e do arquipélago dos Açores formou um exército de mercenários e exilados. Em 1832, D. Pedro desembarcou no norte de Portugal e tomou a cidade do Porto, iniciando um período de dois anos de derramamento de sangue, de batalhas, perseguições e destruição do país.

Os absolutistas de D. Miguel foram definitivamente derrotados em 16 de Maio de 1834, na Batalha de Asseiceira, na região centro do país, obrigando este mesmo monarca a refugiar-se com o que restava do seu exército na cidade de Évora, a 25 km de Évora Monte. Por outro lado, as tropas liberais de D. Pedro tomavam Estremoz. Com um exército enfraquecido e doente, D. Miguel é forçado a pedir tréguas ao seu irmão D. Pedro, depois de reconhecer a impossibilidade de continuar a Guerra ou de se unir a seu primo, D. Carlos, que ainda lutava contra as ideias liberais em Espanha. Ambas as partes concordaram com a assinatura da paz em Évora Monte, na residência do então Presidente da Câmara, Joaquim António Saramago.

A Convenção ou Concessão de Évora Monte, assinada em 26 de Maio de 1834, pelos chefes militares de ambos os exércitos, levou D. Miguel ao exílio na Itália (e mais tarde na Áustria, onde viria a falecer) e à doação do trono português à sua sobrinha D. Maria II, filha de D. Pedro. D. Maria II viria restabelecer a Carta Constitucional e, com a chegada da paz, o comércio foi modernizado com a abolição das primazias, dos portos secos internos e com a nacionalização dos conventos e mosteiros. A administração pública, a justiça e o exército também foram modernizados. Daqui em diante, Portugal empreendeu o mesmo caminho das outras nações europeias.